



A preencher pelos serviços

N.º Eleitor:

N.º Requisição:

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ATESTADO

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valença, Cristelo-Côvo e Arão

I. REQUERENTE

Nome													
NPC/NIF							BI/CC/Pass						
Emitido por:							Válido até: / /						
Data de Nascimento: / /							Freguesia						
Concelho				Distrito				País					
Filho de:													
E de:													
Morada													
Código Postal							Localidade						
Residente nesta morada desde: / /													
Telefone				Telemóvel				Email					

II. REQUER

<input type="checkbox"/> Atestado de Agregado Familiar	<input type="checkbox"/> Atestado de Prova de vida	<input type="checkbox"/> Outro: _____
<input type="checkbox"/> Atestado de Residência	<input type="checkbox"/> Atestado de Situação Económica	_____

III. CÔNJUGE

Nome													
NPC/NIF							BI/CC/Pass						
Emitido por:							Válido até: / /						
Data de Nascimento: / /							Freguesia						
Concelho							Distrito						
Filho de:													
E de:													

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ATESTADO (CONTINUAÇÃO)

IV. AGREGADO FAMILIAR

Nome:		
Parentesco:	Data de Nascimento: / /	BI/CC n.º:
Nome:		
Parentesco:	Data de Nascimento: / /	BI/CC n.º:
Nome:		
Parentesco:	Data de Nascimento: / /	BI/CC n.º:
Nome:		
Parentesco:	Data de Nascimento: / /	BI/CC n.º:

Valença, _____ de _____ de _____	<p>Pede deferimento</p> _____ Assinatura do Requerente (As falsas declarações do requerente são punidas nos termos da Lei Penal)
Autorização para fotocópia dos documentos de identificação: SIM NÃO O(A) requerente, nos termos e para os efeitos do previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados declara ser sua livre, esclarecida, específica e inequívoca vontade autorizar a utilização dos seus dados pessoais para os efeitos previstos neste requerimento/formulário, permitindo o seu tratamento em ficheiros de dados pessoais informatizados ou manuais. O(A) requerente, nos termos e para os efeitos do previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados declara ser sua livre, esclarecida, específica e inequívoca vontade autorizar que os seus dados pessoais constem da base de dados da Junta de Freguesia. O(A) requerente, nos termos e para os efeitos do previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados declara ser sua livre, esclarecida, específica e inequívoca vontade autorizar a manutenção dos seus dados pessoais nos termos e pelos prazos fixados no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de Outubro.	

Documentos a entregar

- 1. Requerimento
- 2. Anexos
 - a) Requerentes de Atestados de União de Facto: Declaração de Compromisso de Honra (União de Facto);
 - b) Requerentes de Atestados de União de Facto, caso o cônjuge tenha falecido: Declaração de Compromisso de Honra (Viveu em União de Facto);
 - c) Para Atestados de Prova de Vida, caso o requerente esteja impossibilitado assinar o requerimento: Requerimento assinado pelo(a) interessado(a) que o representa.

TERMO DE ABONAÇÃO – 1.ª TESTEMUNHA

Confirmo a veracidade das declarações prestadas pelo requerente, por ser do meu conhecimento pessoal, e disso assumo inteira responsabilidade.

Nome: _____

Morada: _____

BI/CC n.º: _____ Válido até: ____/____/____

Posto de Recenseamento: _____

Assinatura: _____

TERMO DE ABONAÇÃO – 2.ª TESTEMUNHA

Confirmo a veracidade das declarações prestadas pelo requerente, por ser do meu conhecimento pessoal, e disso assumo inteira responsabilidade.

Nome: _____

Morada: _____

BI/CC n.º: _____ Válido até: ____/____/____

Posto de Recenseamento: ____

Assinatura: _____

Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro

«Artigo 348.º - A

Falsas declarações

1 - Quem declarar ou atestar falsamente à autoridade pública ou a funcionário no exercício das suas funções identidade, estado ou outra qualidade a que a lei atribua efeitos jurídicos, próprios ou alheios, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.

2 - Se as declarações se destinarem a ser exaradas em documento autêntico o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa.»